

Processo nº.: 217/1990/002/2004  
Assunto: Auto de Infração nº 1493/2004  
Lavrado contra **CAFÉ TAMANDARÉ LTDA**  
Município: São João Del Rei

### **PARECER JURÍDICO**

1 – O empreendimento Café Tamandaré Ltda, foi autuado como incurso no item 1 do § 2º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade:

*"operar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação emitida pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, não sendo constatada a existência de poluição ambiental no dia da vistoria"*

2 - O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, **não tendo a empresa apresentado qualquer espécie de defesa**, apesar de regularmente notificada da autuação supra, de acordo com o AR de fls.3, datado de 27 de maio de 2004.

3 - A Deliberação Normativa nº 30, de 29 de setembro de 1998, estabelece em seu artigo 36, Parágrafo Único, que:

***"O processo administrativo decorrente de Auto de Infração, no qual o autuado, embora tomando conhecimento do mesmo não tenha apresentado defesa, será julgado de plano, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico e, posteriormente, deverá ser notificado da decisão".***

4 - Logo, operou-se a preclusão administrativa da impugnabilidade do ato – na fase de Defesa, face à ausência de *litis contestatio*.

*Libson*

**Diante do exposto**, remetemos os autos ao **PRESIDENTE DA FEAM**, recomendando a aplicação de 01 (uma) penalidade de advertência, para que a empresa possa formalizar o processo de Autorização Ambiental de Funcionamento, no prazo a ser fixado pela autoridade julgadora, de até 90 dias, conforme disposto na Deliberação Normativa 61/02, sob pena de conversão da penalidade de advertência em penalidade de multa no valor de **R\$3.193,36**, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "a" (infração grave, pequeno porte), c/c art. 2º, §1º, inciso I, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2006.

  
**Tânia Duarte Ribeiro Ribas**  
**Consultora Jurídica**  
**OAB/MG nº 64.544**